XXVII CIMEIRA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

21 de abril de 2021

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE O ACESSO AO FINANCIAMENTO EXTERNO PARA A RECUPERAÇÃO DA PANDEMIA DO COVID[1]

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos de forma semipresencial em Soldeu, Andorra, por ocasião da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Andorra,

Considerando,

Que atualmente o mundo está mergulhado numa crise que já deixou mais de dois milhões de mortos e a maior recessão global desde a Segunda Guerra Mundial.

Que esta crise global tem causado sofrimento em todos os cantos do planeta. Dessa forma, o vírus que o sustenta - o SARS-COV-2 - não discriminou no seu caminho, infetando a todos a quem podia. No entanto, esta crise atingiu de forma assimétrica, dados os recursos disponíveis, em termos de espaço fiscal e capacidade de resposta dos sistemas de saúde, com os quais os países responderam. Noutras palavras, embora cada país fosse igualmente vulnerável ao contágio, cada país enfrentou a pandemia com diferentes capacidades e recursos, por meio de tratamentos, testes, contenção, sistemas de saúde, gastos sociais, vacinação e recuperação socioeconómica.

Que o maior fosso, além do acesso às vacinas, nessa desigualdade entre os países, tem sido o nível de acesso a financiamento suficiente, justo e barato, para o seu aproveitamento nas necessidades extraordinárias de gastos que esta pandemia tem exigido. Enquanto o G20 e o Clube de Paris agiram cedo e concordaram com uma histórica Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida para os 73 países mais pobres do planeta, bem como uma estrutura comum para negociações futuras de tratamentos coordenados de alívio da dívida externa para estes mesmos países, até ao momento não se adotaram medidas análogas a favor do maior grupo de países de renda média, onde vivem mais de 5 mil milhões de pessoas e quase dois terços de todos os pobres do planeta. Como resultado, esses países enfrentam perigosas crises económicas, um problema que os países ricos têm conseguido enfrentar graças às suas políticas monetárias com juros baixos e até negativos e políticas fiscais expansionistas.

Que, embora os países de renda média, categoria que descreve a situação da maioria dos países desta Comunidade Ibero-Americana, tenham recorrido aos mercados internacionais de dívida, fizeram-no a taxas de juros mais elevadas do que os países mais ricos. Junto com déficits estruturais mais elevados nestas economias (como maiores taxas de informalidade e menor penetração digital), isso reduziu o espaço fiscal com que enfrentaram a crise. Consequentemente, os países mais avançados gastaram entre seis e

[1] O Brasil não acompanha o texto deste documento.

quatro vezes mais do que os países emergentes durante esta pandemia.

Que a resposta das instituições financeiras internacionais às necessidades de financiamento dos países de renda média não foi feita em termos suficientemente competitivos, em todos os casos. Isto reflete-se entre outros pontos, por exemplo, em políticas que afetam em maior proporção alguns países de renda média que, com menor proporção de quota e elevadas necessidades de financiamento, se encontram em recorrentes oportunidades obrigados a pagar ao Fundo uma taxa de juro mais alta do que os seus pares desenvolvidos

Que esta situação assim descrita tem resultado em redes de segurança mais vulneráveis, menos ajuda às e aos trabalhadores e às empresas, particularmente às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), maior insegurança alimentar e, em resumo, maiores taxas de pobreza e desigualdade em regiões emergentes como a nossa. O ano 2020 foi o primeiro, em mais de duas décadas, em que a pobreza global aumentou e o Índice de Desenvolvimento Humano diminuiu numa magnitude dez vezes maior do que o impacto registado durante a Crise Financeira Global.

Que, em virtude do exposto, neste ano inaugural da 'Década de Ação' rumo à Agenda 2030, com a qual esta Comunidade está profundamente comprometida, muitos de nossos países sofreram graves retrocessos nas suas métricas de progresso social e desenvolvimento sustentável. Alguns países da América Latina, por exemplo, enfrentam hoje níveis de pobreza extrema não vistos desde a década dos 90, quando, em perspectiva, realizamos a Primeira Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, há exatamente trinta anos em Guadalajara, no México.

Que, mais recentemente, esse acesso desigual ao financiamento também afetou a capacidade dos países de garantir vacinas suficientes a preços acessíveis, o que implica uma recuperação desigual que aumentará ainda mais a desigualdade entre os países. Segundo diversos estudos, os países de maior renda, onde vivem mais de mil milhões de pessoas, obtiveram mais de quatro doses de vacinas por habitante; enquanto isso, os países emergentes, onde vivem mais de cinco mil milhões de pessoas, só conseguiram garantir vacinas suficientes para imunizar menos de um quinto de sua população. Como resultado, muitos países em desenvolvimento enfrentam adiamentos nas saídas desta pandemia mortal e atrasos no início de sua recuperação socioeconómica.

Consequentemente, no limiar de uma recuperação económica global como resultado da impressionante descoberta antecipada das vacinas COVID-19, o mundo corre o risco de uma recuperação incompleta, desigual e insustentável. Uma recuperação que não inclui países emergentes e de renda média não merece o nome de recuperação. Esta pandemia demonstrou a profunda interconexão de nossos países e sociedades, bem como o custo partilhado de deixar alguém atrás. Sem um maior apoio multilateral para um financiamento justo, o mundo corre o risco de deixar para trás mais de quatro quintos da humanidade.

Por isso, os Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos fazem um apelo ao G20 e às instituições financeiras sobre os seguintes pontos.

Resolvemos:

- Alcançar um maior apoio internacional à iniciativa COVAX da Organização Mundial da Saúde e aos mecanismos multilaterais específicos que estão a ser implantados para garantir o acesso a vacinas e meios de prevenção e mitigação de forma justa, equitativa, transparente, eficiente e oportuna.
- Apoiar uma revisão e flexibilização dos critérios de elegibilidade e condições financeiras nas instituições financeiras internacionais que permitam respostas adequadas e que promovam o desenvolvimento a longo prazo com base na necessidade de que exista sustentabilidade da dívida dos países.
- Considerar iniciativas que permitam a negociação de um tratamento coordenado da dívida externa, caso a caso, aos países altamente endividados em consequência da pandemia.
- Considerar um possível mecanismo ou quadro multilateral que permita que as condições da dívida (incluindo a dívida soberana) incorporem as situações derivadas de crises sistémicas; que valorize, em conjunto com os direitos e interesses dos credores, as necessidades de crescimento e bem-estar dos países afetados numa perspetiva de sustentabilidade a médio e longo prazo.
- Estudar e promover a adoção de um novo quadro ou norma multilateral de avaliação de riscos financeiros e macroeconómicos que incorpore a particularidade da situação do COVID-19 e as medidas de resposta, a que possam aderir as agências de classificação, para evitar que as baixas de classificação de crédito gerem um efeito pró-cíclico, implicando um novo agravamento da situação.
- Apoiar a disponibilização aos membros que o necessitem de uma nova ronda de empréstimos de emergência por meio do Fundo Monetário Internacional e outras instituições financeiras multilaterais, regionais e nacionais, na forma de Instrumentos de Financiamento Rápido.
- Apoiar a nova alocação geral de Direitos Especiais de Saque no Fundo Monetário Internacional, que será muito benéfica para todos os países, especialmente aqueles que sofrem restrições de liquidez no contexto da pandemia.
- Promover, no Fundo Monetário Internacional, o desenvolvimento de um instrumento financeiro de apoio aos países em desenvolvimento, incluindo países de renda média, aproveitando a disponibilidade financeira gerada pela alocação de Direitos Especiais de Saque, na recuperação e resposta à COVID-19 e nos investimentos de que necessitam para promover um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável.
- Promover a revisão das sobretaxas do FMI para evitar os seus efeitos regressivos e pró-cíclicos, que afetam especialmente a alguns países de renda média quando mais necessitam do apoio financeiro do organismo.